

Malan diz que falta pouco para acertar dívida do Estado do Rio

■ Ministro assina acordo com Britto e nega troca de renegociação por apoio à reeleição

JOSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, informou ontem que na próxima semana haverá nova reunião com as autoridades do Rio de Janeiro para a renegociação da dívida mobiliária do estado. “Já estamos muito próximos do entendimento”, disse, após assinar o acordo de renegociação da dívida do Rio Grande do Sul. O acordo com Minas Gerais já está acertado.

Malan se irritou ao negar, ainda no Aeroporto Salgado Filho, relação entre a renegociação das dívidas dos estados e a emenda da reeleição, que o presidente Fernando Henrique Cardoso pretende ver aprovada pelo Congresso. “Isso é uma tolice, uma bobagem. Há meses há entendimentos para a renegociação das dívidas dos estados. Isso é coisa de conversa em mesa de bar”, afirmou.

Segundo o ministro, os acordos com os estados não implicam “perdão das dívidas nem aumento da dívida interna, porque só há transferência de responsabilidades”. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, acrescentou que “o custo real para o governo federal está na diferença entre o juro a ser pago pelos estados e a taxa média real de juros, que hoje está em 12% ao ano. Mas

como o prazo é de 30 anos, a previsão é de que essa taxa média real vá se reduzindo e fique próxima aos 6%”.

Os estados ficarão proibidos de emitir títulos para levantar recursos, mas dívida mobiliária. Parente explicou, entretanto, que se ao longo do período de pagamento “continuar uma tendência de queda da dívida em relação à receita líquida”, os estados poderão futuramente fazer novo endividamento.

Sem perdão — No discurso que fez no Palácio Piratini ao assinar o acordo de renegociação com o governador Antônio Brito, o ministro disse que “o Rio Grande do Sul, pelas medidas que adotou na reestruturação das finanças, mereceu essa situação, que também não é favor”.

O governo gaúcho deverá pagar 20% da dívida do estado com a receita de empresas que serão privatizadas. “A União não interfere nos bens que cada estado colocará para a União em pagamento, mas é necessário que, em compensação, os bens sejam analisados e aceitos pelo BNDES”, ressaltou Malan.

Em Brasília, o Banco Central avaliou em R\$ 107,8 bilhões o total da dívida dos estados e municípios. O valor é superior à dívida ex terna do país, que está em R\$ 90,7 bilhões.

Jamil Bittar — 9/3/96



Malan disse que renegociação da dívida não é um favor aos estados